

Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

QUADRO SÍNTESE DE AUDIÊNCIA

ENTIDADE	DEPUTADOS PRESENTES	DATA DA AUDIÊNCIA
<p><b>Vodafone Portugal</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Dr. Mário Vaz – CEO da Vodafone</li> <li>➤ Dra. Helena Féria – Diretora do Departamento Legal</li> <li>➤ Eng.º João Nascimento – CTO da Vodafone</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ António Topa</li> <li>➤ Bruno Dias</li> <li>➤ Hugo Costa</li> <li>➤ João Gonçalves Pereira</li> <li>➤ José Luís Ferreira</li> <li>➤ Pedro Coimbra</li> <li>➤ André Pinotes Batista</li> <li>➤ Carlos Silva</li> <li>➤ Cristina Mendes da Silva</li> <li>➤ Duarte Marques</li> <li>➤ Emídio Guerreiro</li> <li>➤ Filipe Pacheco</li> <li>➤ Isabel Lopes</li> <li>➤ Jorge Paulo Oliveira</li> <li>➤ Jorge Salgueiro Mendes</li> <li>➤ Márcia Passos</li> <li>➤ Maria Manuel Rola</li> <li>➤ Nuno Fazenda</li> <li>➤ Paulo Moniz</li> <li>➤ Sofia Matos</li> </ul>	<p>20 de outubro de 2020</p> <p><a href="#">Gravação</a></p>
Exposição de Motivos	Questões colocadas pelos Deputados	
<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Após cumprimentar os presentes e agradecer a marcação da <a href="#">audiência solicitada pela Vodafone Portugal</a>, o Dr. Mário Vaz procedeu à sua exposição inicial servindo-se, para o efeito, de</li> </ul>	<p><b>Paulo Moniz (PSD)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Após cumprimentar os representantes da Vodafone Portugal, mencionou-se que do</li> </ul>	

## Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

uma [apresentação](#) previamente preparada e para a qual se remete, considerando que foi realizada uma leitura integral do referido documento.

discurso da mesma emerge um aspeto preocupante na medida em que a falta de entendimento com a entidade reguladora não é positiva para o país.

- Sobre o espectro referiu-se que o mesmo é, atualmente, um recurso económico, mais do que um meio para chegar ao utilizador final, pelo que não parece fazer sentido haver a atribuição de um recurso tão importante sem que haja garantias da sua utilização e rentabilização económica. Este processo é o primeiro que levanta grande preocupação, na medida em que não pode ficar à margem da sua rentabilização.
- Quanto às necessidades de cobertura de zonas que ainda não têm rede, questionou-se como é possível, 20 anos após o surgimento de redes móveis, ainda haver localidades sem cobertura.
- De seguida, apelou-se à Vodafone Portugal que tivesse em consideração duas situações: a partilha passiva e aos modelos de partilha ativa.
- Quando se fala da eficiência energética e de recursos, deve ser tido em conta que fazer *roaming* implica triplicar a capacidade de receber clientes. Assim, no limite, deveria ser estabelecida uma regra que impusesse a existência de dois operadores para que, caso um ficasse impossibilitado de prestar o serviço, o outro o pudesse fazer.
- Quanto às regras do leilão a cerca de novos entrantes, foi questionado sobre se o problema residia no facto de se permitir que o novo entrante pudesse entrar sem ter feito qualquer investimento anterior ou se residia na dificuldade de partilha do negócio e do espectro.

### Hugo Costa (PS)

- Após cumprimentar os representantes da Vodafone Portugal referiu-se que, para o 4PS o 5G reveste uma grande importância para a economia.
- Foram suscitadas as seguintes questões:
  - (i) As atuais regras do leilão permitem cumprir os objetivos fixados na resolução do

## Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

	<p>Conselho de Ministros aprovado em fevereiro sobre o 5G? Como podem ser garantidos os objetivos mencionados naquela resolução?</p> <ul style="list-style-type: none"><li>(ii) Qual a resposta da Vodafone para a falta de cobertura em algumas localidades de Portugal?</li><li>(iii) A questão de o regulamento da ANACOM permitir a entrada de novos operadores acarreta um problema de concorrência ou de investimento?</li><li>(iv) Quanto à questão da concorrência e dos preços, a ANACOM e a Autoridade da Concorrência têm referido que os preços praticados em Portugal são muito mais elevados quando comparados com países congéneres, é mesmo assim?</li><li>(v) Sendo a Vodafone Portugal uma empresa de capitais 100% estrangeiros, que futuro prevê a Vodafone para o nosso país?</li><li>(vi) Como olha a casa mãe da Vodafone para Portugal? Pretende-se continuar a investir no nosso país, mantendo-se os postos de trabalho?</li></ul> <p><b>Maria Manuel Rola (BE)</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>➤ Após saudar os presentes, referiu-se que os problemas que têm sido levantados com o Governo e a ANACOM colocam em causa a prestação dos serviços públicos. De igual modo mencionou-se que a falta de cobertura de 3G e 4G em alguns locais do país representa um grande problema para o BE.</li><li>➤ Foram solicitados esclarecimentos sobre as seguintes matérias:<ul style="list-style-type: none"><li>(i) Conflitos que têm vindo a existir entre a EDP e a monitorização que o governo vem a propor desde 2017.</li><li>(ii) Qual a capacidade de cobertura real para o 5G?</li></ul></li></ul>
--	--

## Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

	<p><b>Bruno Dias (PCP)</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>➤ Após agradecer a análise e reflexão que a Vodafone partilhou, referiu-se que o exemplo mencionado pela mesma aquando da sua exposição inicial, relativamente ao processo das 160 aldeias, reflete as dificuldades para superar as assimetrias digitais existentes no país.</li><li>➤ De seguida, foram colocadas as seguintes questões:<ul style="list-style-type: none"><li>(i) Qual a posição da Vodafone quanto às condições para aplicação de um <i>roaming</i> nacional?</li><li>(ii) Quanto às condições de utilização, a Vodafone confirma que, atendendo à experiência de telecomunicações móveis dos portugueses, hoje há localidades onde antes havia rede e hoje têm dificuldades de comunicação?</li><li>(iii) Em que medida a Vodafone foi chamada a contribuir para a resolução do Conselho de Ministros?</li><li>(iv) Quando se diz que determinados concelhos terão 5G, qual a extensão da rede? Pretende-se abranger todo o terreno desse concelho ou apenas uma parte?</li></ul></li></ul> <p><b>João Gonçalves Pereira (CDS-PP)</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>➤ Após saudar os presentes assinalou-se a importância do 5G, afirmando-se que esta rede mudará as nossas vidas, as nossas empresas, a nossa indústria, educação, cidades, etc., havendo, assim, um desígnio nacional de a rede 5G entrar em funcionamento tão breve quanto possível no país.</li><li>➤ Têm de ser reconhecidos os grandes investimentos que as operadoras fizeram nos últimos anos no território nacional.</li><li>➤ No projeto de regulamento apresentado pela ANACOM constata-se dois interesses principais: mais cobertura no país e maior concorrência no setor.</li></ul>
--	--

## Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

	<p>➤ Se for necessário corrigir ou adaptar algum aspeto tal tem de ser feito, de modo a garantir que a rede 5G possa começar a funcionar em Portugal.</p>
<b>O que pretendem ver regulamentado</b>	
<p>➤ Pretende-se que seja revisto o projeto do regulamento do leilão das faixas relevantes para o 5G e para o desenvolvimento global das comunicações móveis em Portugal, apresentado pela ANACOM.</p>	
<b>Respostas às questões dos Deputados:</b>	
<p>➤ O Dr. Mário Vaz referiu que os leilões são momentos de oportunidade para novos entrantes, não havendo qualquer oposição por parte da Vodafone em que entrem novas empresas para o setor. Contudo, as condições definidas para a entrada de novos participantes não podem ser discricionárias.</p> <p>➤ O que está em causa é uma alocação de um bem escasso (espectro) atribuído à cabeça a esses operadores, com benefício de preço, para além do benefício da exclusividade aos mesmos, com essa pequena aquisição e investimento os novos entrantes terão direito a um investimento de terceiros sem que tenham de o fazer em qualquer período temporal.</p> <p>➤ Recordaram-se leilões passados, em especial o referente ao <i>roaming</i> nacional de 2011, para assinalar que sempre foi exigida uma contrapartida ao operador, contrariamente ao que agora se pretende fazer.</p> <p>➤ Mais se referiu que se se partir da leitura, errada e ficcionada, de que não há concorrência no mercado internacional e que um novo entrante irá reduzir os preços atualmente praticados no setor, concedendo-lhe, injustificadamente, todos os benefícios, ficando este sem custos relevantes quanto às infraestruturas bem como quanto aos recursos humano, este novo operador ao disputar o mercado em grande disparidade com os operadores já existentes, sobre os quais recairá, aliás, uma obrigação acrescida de investimento, atendendo ao facto de o novo entrante ficar dispensado de o fazer, levará a que os operadores já existente tenham, inevitavelmente, de remodelar a sua estrutura de investimento e atuação, inclusivamente, ao nível dos recursos humanos.</p> <p>➤ Continua a existir empenho por parte do acionista da Vodafone Portugal para a continuação do desenvolvimento do negócio em Portugal. Atualmente, a Vodafone Portugal emprega 1.400 pessoas, tendo investido para a aquisição de espectro cerca de 250 milhões de euros.</p> <p>➤ Quanto ao nível de investimento, no caso da fibra, a Vodafone era um operador de rede móvel sem qualquer obrigação de estender o seu serviço para a rede fixa. Contudo, foi mencionado que mais de 500 milhões de euros foram investidos para que a Vodafone trouxesse a fibra para em Portugal, cobrindo a Vodafone, atualmente, cerca de 3,2 milhões de casas.</p>	

## Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

---

- Contudo, comparando com outros países congéneres nos quais a Vodafone opera o retorno do investimento em Portugal é muito abaixo.
- Com as regras atuais há muitas dificuldades em demonstrar a rentabilidade do nível de investimento necessário para fazer operar o 5G.
- Quanto à cobertura, a Vodafone Portugal tem a ambição de chegar ao maior número possível de portugueses. O 5G é uma tecnologia evolutiva, não está relacionado com a cobertura, pelo que os problemas de cobertura que existem em alguns pontos do país têm de ser resolvidos de forma mais eficiente e racional possível.
- A propósito dos possíveis cenários de resolução para a falta de cobertura de rede, afirmou-se que o *roaming* nacional apenas está previsto no regulamento para o novo entrante, não sendo uma solução para cobertura. Mais se assinalou que não existe qualquer problema em identificar as aldeias sem cobertura, mas o investimento tem de ser repartido em relação ao benefício adquirido. O *roaming* localizado é possível, mas não é necessariamente a melhor solução tendo, aliás, algumas dificuldades acrescidas.
- Do ponto de vista de evolução da qualidade das redes houve um manifesto progresso nas chamadas de voz. A velocidade nas redes móveis depende do número de utilizadores que está a utilizar o espectro na medida em que a velocidade é tanto mais baixa quanto maior o número de utilizadores que estiver a utilizar os serviços de comunicação.

Deputado Pedro Coimbra  
Vice-Presidente da Comissão